

O terceiro número da revista *Trabalho, Educação e Saúde* aborda cinco temáticas: a precarização do e o sofrimento no trabalho; o conceito de atividade (de trabalho); o financiamento do ensino médio e da educação profissional; a formação profissional em saúde; e as políticas públicas (em saúde).

A precarização e o sofrimento são questões de interesse para o campo da formação e do trabalho em saúde, não só por sua aproximação mais óbvia — a investigação da saúde do trabalhador no contexto do (novo) capitalismo —, mas também por sua centralidade para a reflexão sobre a organização do trabalho contemporâneo, na qual ‘trabalhadores da saúde’ e ‘trabalho na saúde’ estão inseridos. A temática é discutida em dois artigos. Márcia Leite, à luz das abordagens oriundas da sociologia do trabalho, trata da precarização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva, demonstrando como o processo de terceirização atinge de forma diferenciada os distintos níveis da cadeia produtiva e grupos sociais. Acácia Kuenzer, tomando como referência o caráter contraditório e prático do trabalho, explora a realidade com a qual os trabalhadores da saúde e da educação se deparam, marcada, por um lado, pela acentuação da dimensão do sofrimento no trabalho e, por outro, pelas possibilidades de desenvolver estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais.

A noção de atividade, segunda temática deste número, é tratada em dois textos. No ensaio, Beth Brait, a partir da abordagem dialógica bakhtiniana, analisa a constituição do sujeito e da identidade como uma atividade discursiva, no contexto do capitalismo contemporâneo. O artigo de Yves Schwartz discute o conceito marxista de trabalho e a noção de atividade a ele correlacionada, a partir das questões propostas pelo setor de serviços. Os dois textos, ao explorarem o entrecruzamento entre discurso, sujeito e atividade humana — que se relacionam, em última instância, com a própria tessitura da história —, contribuem para a retomada do conceito de ‘trabalho’ e para os estudos sobre o ‘trabalho na saúde’.

A seção *Debate* trata da terceira temática — financiamento da educação profissional e do ensino médio — em três textos distintos. José Marcelino Pinto, a partir de uma apresentação dos cálculos oficiais de custo aluno/ano, discute os recursos financeiros necessários para assegurar uma melhoria no padrão de qualidade do ensino hoje oferecido. Nicholas Davies traça um panorama de alguns desafios estruturais e conjunturais para o financiamento da educação estatal, em particular o ensino médio, provando que a tendência dos governos tem sido a de gastar menos por aluno, o que vem se confirmando na atual gestão do governo federal. Jailson dos Santos demonstra como, além da adoção dos ajustes macroeconômicos, a transferência de recursos para satisfazer à política de universalização do ensino fundamental também afeta drasticamente o orçamento das unidades federais de ensino profissional (Cefets e ETFs), gerando aquilo que o autor denomina metafori-

camente 'política do cobertor curto'. Embora os três textos apresentem divergências no tocante à abordagem do fenômeno educacional, é digno de destaque que todos apontam a insuficiência dos recursos para o ensino de nível médio e a educação profissional, e a necessidade de corrigir os mecanismos de financiamento vigentes.

A formação profissional em saúde — quarta temática deste número — é enfocada por quatro textos. Isabel Brasil, na seção *Artigo*, discute as tendências curriculares nas Escolas Técnicas do SUS e sua relação com as demandas do mundo do trabalho, questionando o primado da 'experiência' como pedra de toque da educação profissional. Na seção *Relato*, Renata Reis, Maria das Graças Tonhá e Martha Padoani apresentam a constituição da Rede de Escolas Técnicas do SUS, importante iniciativa, que tem por objetivo apoiar a implementação de políticas de formação para o nível médio em saúde. Rita Sório, na seção *Memória*, destaca a relevância da professora Izabel dos Santos, pioneira na implantação e desenvolvimento de inúmeros projetos na educação dos profissionais de saúde no Brasil. A seção *Entrevista* dá continuidade a este resgate, em que Izabel dos Santos, por ela mesma, recupera aspectos importantes da história da formação nesse campo. A contribuição central deste conjunto de textos é discutir, registrar e, em última instância, historicizar os inúmeros desafios conceituais e práticos trazidos para a educação profissional em saúde.

Por fim, a avaliação de políticas públicas sociais é discutida no artigo de Lenaura Lobato. Em sua análise, a autora caracteriza as propostas neste campo como limitadas aos objetivos específicos de programas e projetos, o que implica a desconsideração da (dimensão) 'política' propriamente dita. Lobato apresenta, ainda, as dificuldades teóricas associadas à definição de critérios para a avaliação das políticas públicas sociais, critérios que, na verdade, constituem desafios para os profissionais de saúde e de educação.

Este número publica ainda três resenhas relacionadas às temáticas mencionadas: a de Edgar Bedê, sobre a obra *Educação profissional no Brasil*, de Sílvia Manfredi; a de Mônica Vieira, sobre o livro *Saúde Paidéia*, de Gastão Wagner; e a de Maristela Botelho, sobre a coletânea *Linguagem e trabalho*, organizada por Maria Cecília Souza-e-Silva e Daniel Faïta.

*Os editores*